

Finanças & Controle

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação
Nacional
2018,
edição XXVI,
out-nov-dez

URGENTE!

**ATUAÇÃO JURÍDICA DO UNACON SINDICAL
GARANTE O PAGAMENTO DO REAJUSTE EM 2019**

VITÓRIA DO DIÁLOGO

Portaria do Tesouro
estimula a produção
acadêmica e a livre
circulação de ideias

ELEIÇÕES FUNPRES

Servidores da carreira
de Finanças e Controle
integram chapas
homologadas

ELEIÇÕES FONACATE

Rudinei Marques é
reeleito presidente do
Fórum para o triênio
2019-2021

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Daniel Lara

Vice-Presidente

Bráulio Cerqueira

Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Roberta Holder

Diretora de Filiados

Frederico Carlos Janz

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, Bruno Fabiano Soares
e Mary Joyce Rocha

Conselho de Ética Nacional

Adriano Almeida, Estevam Henrique Barbosa
e Rogério Honorato

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa, Corinto Santos, Carlos Alberto Pio,
Dalvina Macedo, Eric Lisboa, Gabriel Junqueira, Luiz
Alberto Vieira Filho, Rafael Perez, Manoel Messias,
Marussia Pires, Wellyngton Fábio Lima de Rocha, Zeles
de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adelton Vilhena
Neves - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar
Pinto Machado - RJ, Armando Gonçalves Mendes de
Carvalho - MA, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE,
Celso Duarte - RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Elber
Stilben de Souza - MS, Euripedes Rodrigues de Andrade
Filho - PI, Filipe Leão - BA, Ícaro de Almeida Fernandes
- MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros
dos Santos - PA, João Colaço dos Santos - MG, José Luiz
Pereira de Lima - RS, Khalil Chaves Cruz - RN, Luciano
Guilherme Turin - PR, Luciene Monteiro Clacino - SE,
Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Maria Esmeralda
Rodrigues - PB, Mario Célio da Silva - SC, Sergio Takayuki
Takibayashi - SP, Valério Jordão Barbosa - RO, Wander
Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF) e

Juliana Martins (11.120/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 4 mil

SUMÁRIO



4. REFORMA MINISTERIAL

Nota pública do Unacon
repercute e presidente eleito
mantém status da CGU

5. REVITALIZAÇÃO

Sindicato cobra realização
de concurso para TFFC

6. REAJUSTE 2019?

Senado admite similaridade no teor das
MPs 849 e 805; decisão caberá ao STF

7. IN 02/2018

Dirigentes afirmam que IN 02
desrespeita direitos já resguardados
ao funcionalismo

8. 2º CDS/2018

Colegiado debate conjuntura
política e define direcionamento
para trabalho sindical

10. ELEIÇÕES FONACATE

Rudinei Marques é reeleito presidente
do fórum para o triênio 2019-2021

11. PEC 56/2014

Unacon defende proventos
integrais para aposentadorias por
invalidez em qualquer hipótese

12. ELEIÇÕES FUNPRES

Servidores da carreira de finanças
e controle integram três das cinco
chapas homologadas

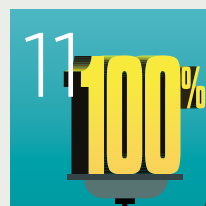
13. PSS DE FÉRIAS

Servidores que têm ações
individuais não devem buscar
amparo na ação coletiva

14. FAQ PLANO DE SAÚDE

Convênio Unimed, administrado
pela Benevix, tem mensalidades a
partir de R\$ 185,53

15. NOTAS



O ano de 2018 vai chegando ao fim, e em que pesem as dificuldades relacionadas à persistência da crise fiscal, à lenta recuperação da economia, e às incertezas políticas, o movimento sindical no serviço público colecionou vitórias importantes. A começar pela manutenção da terceira das quatro parcelas da recomposição salarial negociada em 2015/2016. O aumento da alíquota previdenciária do Regime Próprio Federal também foi derrubado. A proposta de reforma da previdência do governo Temer, que ampliava a exclusão previdenciária e não previa regras de transição aceitáveis, teve a tramitação interrompida. Na sequência conseguimos retirar da Lei de Diretrizes Orçamentárias artigo que impedia a realização de novos concursos.

O Unacon Sindical, que termina o ano com Rudinei Marques reeleito presidente do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), esteve à frente dessas e de outras lutas, tais como: o questionamento no STF do art. 29 da Lei 13.681/2018 que prevê a incorporação, sem concurso público, de servidores de ex-territórios na carreira de Finanças e Controle; a defesa do protagonismo da CGU na política de acordo de leniência da União; a extinção na STN da obrigatoriedade de pré-autorização da chefia imediata para a publicação de trabalhos particulares dos servidores; e, ainda, mais recentemente na transição de governo, a manutenção do status de Ministério da CGU.

O próximo ano, de renovação com novo governo e nova legislação, vem acompanhado de velhos e novos desafios. O primeiro diz respeito, uma vez mais, ao cumprimento do acordo salarial, cuja quarta parcela o governo Temer tenta postergar. Outros desafios remontam ao imperativo da reabertura de concursos para Técnicos, à retomada de reforma da previdência, à reforma do Estado e da administração com possibilidade de fusão/integração de carreiras no Executivo, às arbitrariedades postas em vigor com a Instrução Normativa no 02 do Ministério do Planejamento que atenta contra a saúde dos servidores e contra a organização sindical no serviço público etc. Ao fim e ao cabo, são nossos os desafios do País, que precisa, por meio do diálogo, combinar superação da crise, combate à corrupção e responsabilidade fiscal intertemporal com gestão pública valorizada, voltada ao atendimento das demandas do cidadão e à promoção da justiça social.

Esta edição do Informativo traz ainda matéria sobre a participação de servidores de Finanças e Controle nas eleições para os Conselhos da Funpresp. Fique também atento ao encarte com alerta aos filiados aposentados sobre o trabalho da Polícia Civil, que redundou em prisão de criminosos que praticavam o chamado "golpe dos precatórios".

Na prestação de serviços aos filiados, à nova rede de convênios contratada em 2018, com mais de 6 mil estabelecimentos virtuais e físicos no país, e aos serviços de consultoria e acompanhamento de ações individuais prestados pelo escritório Torreão Braz Advogados em questões de direito administrativo, se soma agora uma nova opção de plano de saúde com mensalidades a partir de R\$ 185,53.

E para 2019 muito mais: realização do III Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle; encontro de Aposentados; mais parcerias do sindicato com CGU e STN; inauguração do espaço de convivência na sede do Unacon Sindical em Brasília.

Boas Festas, Feliz 2019!

Diretoria Executiva Nacional do Unacon Sindical



3 de outubro - CONGRESSO EM FOCO

"Acelerando para o abismo: até quando?". Artigo de Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Unacon Sindical, é publicado pelo portal Congresso em Foco.

3 de outubro - CORREIO BRAZILIENSE

Rudinei Marques e Marcelo Perrucci falam sobre o futuro da Funpresp. "Tem potencial de ser o maior fundo de pensão da América Latina em 10 anos", avaliou Marques.

12 de outubro - JORNAL DO COMÉRCIO

Periódico destaca que 80% dos deputados que votaram a favor da reforma da Previdência não conseguiram se reeleger. "A campanha 'Quem votar não volta' deu certo", comemorou Marques.

15 de outubro - CORREIO BRAZILIENSE

Em entrevista ao jornal, Marques contesta afirmação de que os servidores são responsáveis pelo déficit na Previdência: "o problema do Regime Próprio foi equacionado com a criação da Funpresp. Em 15 anos, teremos o equilíbrio".

28 de outubro - CORREIO BRAZILIENSE

No Dia do Servidor, Rudinei concede entrevista exclusiva para falar sobre desafios e perspectivas do funcionalismo público.

1 de novembro - DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Em reportagem sobre prorrogação do prazo da MP 849, Marques afirma que aguarda decisão do STF. "Supremo não pode ficar mudando jurisprudência de acordo com o governo que entra ou que sai."

4 de novembro - O DIA

Marques comenta proposta de reforma da Previdência estudada pelo governo eleito. "Nunca nos furtamos ao diálogo, mas se a opção for, de novo, encaminhar de maneira unilateral, vamos trabalhar para impedir", declarou.

7 de novembro - UOL

Portal repercute nota do Unacon sobre possível "rebaixamento" da CGU. "Importante recordar que a pasta já foi alvo de duas tentativas de desmonte", diz documento.

8 de novembro - CORREIO BRAZILIENSE

Periódico destaca busca dos servidores por interlocução com o governo eleito. "Somos técnicos. Queremos mostrar que não somos inimigos e que o governo precisa de nós", afirmou Marques.

8 de novembro - CARTA CAPITAL

Em reportagem sobre a manutenção do status da CGU, CDS destaca que independência funcional é imprescindível para o cumprimento da missão institucional do órgão.

10 de novembro - O DIA

Jornal repercute anúncio de extinção do Ministério do Trabalho. Em entrevista, Rudinei Marques critica a decisão e defende que "é preciso ampliar sua atuação".

18 de novembro - JORNAL EXTRA

Reportagem destaca envelhecimento do quadro de pessoal da União e Marques defende revisão do Teto de Gastos para garantir recomposição. "Em três anos, mais de 200 mil servidores já terão se aposentado ou terão idade para se aposentar."

28 de novembro - CORREIO BRAZILIENSE

Mobilização para garantir reajuste é intensificada, destaca jornal. À reportagem, Marques afirmou que, embora o julgamento não tenha data marcada, a expectativa é que as ADI's contra a MP 849 sejam votadas logo.



CGU

NOTA PÚBLICA DO UNACON REPERCUTE E PRESIDENTE ELEITO MANTÉM STATUS DA CGU

Bolsonaro afirmou à imprensa que o recuo em fundir a pasta com o Ministério da Justiça “é para que possa apresentar resultado”. Sindicato acompanha movimentação com atenção

A reforma ministerial anunciada pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, deixou o Unacon Sindical em estado de alerta. Após a divulgação de que, no organograma do novo governo, a Controladoria-Geral da União (CGU) seria incorporada pelo Ministério da Justiça, o Sindicato divulgou Nota Pública. No documento, datado em 1º de novembro, a entidade externa preocupação com a mudança e ressalta que é essencial “garantir a autonomia e o fortalecimento do Controle Interno Federal”. Seis dias após o anúncio, no entanto, Bolsonaro recuou e afirmou à imprensa que manteria o status de ministério do órgão.

“Não é pela governabilidade, é para que a gente possa apresentar resultado”, disse o presidente eleito, ao justificar a mudança de planos.

Apesar da sinalização, o Unacon Sindical se mantém atento à situação. Em entrevista à Carta Capital, no dia 8 de novembro, Rudinei Marques, presi-

dente do Sindicato, explicou a posição da entidade. “Causou preocupação porque as normas internacionais de auditoria recomendam que o órgão de controle interno tenha uma natureza jurídica e um posicionamento hierárquico vinculado diretamente à Presidência da República. A função desse tipo de órgão é monitorar a máquina do Estado para a correção de problemas e detecção de falhas e irregularidades, combatendo a corrupção.”

Na mesma reportagem, o Conselho de Delegados Sindicais (CDS), que estava reunido em Salvador, “avaliou como positivo o posicionamento externado pelo presidente eleito, pois considera que o status de ministério garante a independência funcional, imprescindível para o cumprimento de nossa missão institucional”.

A confirmação da manutenção do status ministerial da CGU veio no dia 20 de novembro, acompanhada do anúncio da manutenção de Wagner de Campos Rosário como ministro da Pasta.

REPERCUSSÃO NA IMPRENSA

Além da Carta Capital, o jornal Folha de S.Paulo e o portal de notícias UOL também repercutiram a Nota Pública.

Em reportagem publicada no dia 6 de novembro, a Folha lembrou o histórico de mobilização dos servidores. “Em 2015, a então presidente Dilma Rousseff (PT) cogitou transferir a CGU para a Justiça e recuou após protestos dos funcionários do órgão. Na semana passada, o Sindicato da categoria se manifestou contra a fusão sugerida por Bolsonaro.”

O movimento em Defesa da CGU, mencionado no documento, também foi destacado pelo UOL. “Importante recordar que a pasta já foi alvo de duas tentativas de desmonte”, cita a reportagem. ●

Acesse a íntegra da Nota Pública no link <https://bit.ly/2PtLWlb> ou no QR-Code ao lado:



SINDICATO COBRA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PARA TFFC

Ministro da CGU assume o compromisso de enviar pedido ao Planejamento

O pedido para realização de concurso para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) será encaminhado ao Ministério do Planejamento ainda este ano. Esse é o compromisso do ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, assumido em reunião com a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical, no dia 10 de setembro. Daniel Lara, Roberta Holder e Carlos Janz, vice-presidente e diretores do Sindicato, participaram do encontro, que também contou com a presença do secretário-executivo do órgão, José Marcelo de Castro, e do chefe de

gabinete do ministro, Janildo Soares.

Daniel lembrou que a indefinição em relação ao futuro do cargo na CGU se arrasta por anos e que é preciso agir. "Já sentamos aqui diversas vezes para tratar da situação do Técnico. Hoje, espero sair daqui com o compromisso de que o órgão enviará um pedido de concurso para o Planejamento."

A regulamentação das atribuições previstas em lei foi, inicialmente, um obstáculo ao envio do pedido apresentado pelo ministro. Ele argumentou que é preciso suprimir qualquer insegurança jurídica antes de empossar novos servidores. A justificativa foi contestada pelo vice-presidente do Unacon Sindical.

"A lei 13.327 de 2016 já dá segurança jurídica em relação à definição de atribuição de cada um dos cargos da

carreira. O decreto, quando editado, trará, apenas, mais organização."

ORÇAMENTO

Reconhecendo a importância da pauta, o ministro se comprometeu a encaminhar a solicitação de um concurso com vagas para TFFC até dezembro. "Farei um novo pedido quando o Projeto de Lei Orçamentária para 2019 for aprovado", afirmou, ao explicar que o prazo para inclusões no próximo exercício já se extinguiu e que, portanto, se o pedido for acatado, o certame deve ser promovido em 2020.

TESOURO

Na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o pedido para realização de concurso para o cargo aguarda a análise do Ministério do Planejamento. ●

Vitória do Diálogo ■

PORTARIA DO TESOURO ESTIMULA A PRODUÇÃO ACADÊMICA E A LIVRE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS

Secretaria extingue regimento anterior que exigia análise da chefia imediata e pré-autorização do Comitê de Ética para publicação de trabalhos particulares

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) revisou a regulamentação que incidia sobre a publicação de trabalhos particulares de servidores lotados no órgão. A Portaria STN nº 833/2018 foi publicada no dia 28 de novembro. De acordo com o Sindicato, o dispositivo representa avanço ao estimular a divulgação da produção acadêmica e a livre expressão das ideias dos servidores.

Antes das novas disposições, mesmo com a informação de que o servidor isentava a instituição da responsabilidade pelas opiniões defendidas, os trabalhos precisavam ser submetidos à avaliação prévia da chefia imediata e do Comitê de Ética. Parecer jurídico encomendado pelo Sindicato identificou a falta de amparo legal dessa exigência. O documento foi entregue ao secretário do Tesouro no dia 20 de junho.

A Portaria STN nº 833/2018 revoga as Resoluções anteriores – de 2004 e 2006 – eliminando a exigência de análise e de autorização prévia dos trabalhos particulares pelo órgão. O servidor ganha liberdade para exprimir-se, respeitando, é claro, o sigilo de informações e isentando a instituição quanto às suas opiniões.

As novas regras atendem mais um item do programa de gestão da Diretoria Executiva Nacional (DEN) do

Unacon Sindical: o zelo e a defesa do direito à livre expressão de posições técnicas e opiniões individuais dos servidores, que podem ou não coincidir com as posições institucionais (item 17 das Diretrizes para atuação da gestão 2018-2020).

"Agradecemos o empenho do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Facundo de Almeida Jr., por atender essa demanda do Sindicato e do conjunto do corpo funcional", pontuou Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Unacon Sindical, em nota enviada ao secretário do Tesouro. ●

Acesse a íntegra da portaria no link <http://bit.ly/zSBjuef> ou no QR-Code o lado



SENADO ADMITE SIMILARIDADE NO TEOR DAS MPs 849 E 805; DECISÃO CABERÁ AO STF

Reedição da Medida Provisória, que caducou em abril deste ano, é proibida pelo art. 62 da Constituição Federal

Atendendo ao pedido de esclarecimentos do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira (MDB-CE), encaminhou, no dia 8 de novembro, parecer sobre a tramitação da Medida Provisória (MP) 849/2018, que posterga o pagamento de reajustes previstos em lei. No documento, o senador admite que o teor da MP 849 “guarda similaridade” com o da MP 805, que caducou em abril deste ano. A confirmação respalda o pedido de declaração de inconstitucionalidade do Unacon Sindical, por meio da ADI 6005, e de outras oito entidades. Todas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) contra a MP 849 estão sob a relatoria de Lewandowski.

Em despacho no dia 6 de setembro, na ADI da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), o ministro determinou que o presidente do Congresso Nacional fosse ouvido sobre o prosseguimento da tramitação da MP. “O artigo 62, parágrafo 10, da CF/1988, determina que é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo”, citou.

No parecer encaminhado ao STF, Eunício Oliveira afirma que ainda não houve apreciação sobre o teor da MP 849, mas admite que “considerando que a vigência da MPV 805/2017 foi definitivamente encerrada em 8 de abril do corrente ano, mediante Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 19, de 2018, a edição da

MPV 849/2018 atrai a incidência da proibição de reedição de medida provisória que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo na mesma sessão legislativa, nos termos daquele dispositivo constitucional”.

O pedido de esclarecimentos ao Congresso também foi determinado na ADI do Unacon Sindical. No dia 24 de outubro, Lewandowski solicitou, também a manifestação da advogada-geral da União, Grace Mendonça, e da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. No mesmo despacho, o ministro determinou que a decisão sobre o pedido cautelar será colegiada. Em resposta enviada no dia 28 de novembro, na ação da ANMP, Raquel Dodge se pronunciou “pelo conhecimento amplo

da ação e pelo deferimento extensivo da medida cautelar, a fim de que seja suspensa a eficácia da integralidade da MP 849/2018”.

Após a manifestação, o ministro pediu, no dia 3 de dezembro, a inclusão das ADI’s na pauta de julgamento do STF. Mas até a edição deste informativo, a apreciação das ações contra a MP 849/2018 não constava em pauta.

Tendo em vista a aproximação do recesso judiciário, o Unacon Sindical protocolou no dia 13 de dezembro, um pedido de apreciação em caráter de urgência da ADI 6005. Em caso de não acolhimento da solicitação, o Sindicato sugeriu que fosse promovida análise monocrática pelo ministro Lewandowski. ●

ADI 6005

O Unacon ingressou com a ADI 6005 no STF no dia 3 de setembro. Posteriormente, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e a Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) também impetraram ADI’s contra dispositivos da MP 849/2018.

NO CONGRESSO

A supressão dos artigos que tratam especificamente da postergação do reajuste da carreira de Finanças e Controle, previsto na lei 13.327 de 2016, é objeto das emendas 11 e 30, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE) e do senador José Pimentel (PT-CE), respectivamente. Em conjunto com as demais entidades interessadas no tema, o Unacon Sindical articulou a apresentação de nove emendas supressivas globais, que extinguem o inteiro teor da MP 849/2018, são elas:

EMENDA 4 Deputada Alice Portugal (PCdoB-BA)	EMENDA 63 Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF)
EMENDA 26 Senador Paulo Paim (PT-RS)	EMENDA 68 Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF)
EMENDA 44 Senador José Pimentel (PT-CE)	EMENDA 72 Senador Paulo Paim (PT-RS)
EMENDA 53 Deputado Federal Arnaldo Faria (PP-SP)	EMENDA 74 Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB-DF)
EMENDA 56 Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	

A comissão Especial responsável por analisar a MP 849/2018, no entanto, ainda não foi instalada no Congresso.



DIRIGENTES AFIRMAM QUE IN 02 DESRESPEITA DIREITOS JÁ RESGUARDADOS AO FUNCIONALISMO

Arbitrariedades relacionadas à liberação para consulta médica e sobreaviso foram criticadas pelas entidades afiliadas ao Fonacate. Augusto Chiba afirma que, se houver equívocos, texto poderá ser revisado

A Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados debateu a Instrução Normativa (IN) 02, publicada pelo Ministério do Planejamento, que estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais em relação à jornada de trabalho dos servidores públicos federais. Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, participou do encontro na condição de presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate). A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) presidiu a audiência pública.

Durante o encontro, representantes do funcionalismo cobraram do secretário de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Augusto Akira Chiba, a revisão imediata da IN, que extrapola as competências regulamentares do Poder Executivo.

"A medida é visivelmente inconstitucional, posto que inviabiliza a organização associativa e sindical garantida na Constituição. Já temos decisões da Justiça Federal de 1º e 2º grau, para que as liberações para eventos das entidades de classe, como assembleias

e congressos, ocorram sem a necessidade de compensação. Observamos com essa IN que, cada vez mais, as garantias dos servidores públicos estão sendo tolhidas", afirmou Marques.

O presidente do Unacon Sindical também comentou as arbitrariedades relacionadas à liberação para consulta médica, ao sobreaviso e, além disso, reiterou pedido para manutenção dos servidores liberados para o exercício classista na folha de pagamento da União. "Tudo que esse governo pôde fazer para prejudicar a atividade sindical do funcionalismo ele fez. Sempre fomos liberados, com manutenção em folha, na modalidade de ressarcimento à União. Mas, em 2016, uma nova interpretação do Planejamento fez com que perdêssemos essa garantia. É nítida a má vontade da SGP em sanar esses problemas. Sempre buscamos o diálogo, diversas vezes apontamos alternativas e soluções, mas nessa gestão não tivemos sucesso", afirmou.

A assessora jurídica do Fórum, Larissa Benevides, enfatizou que a regulamentação da jornada de trabalho dos servidores públicos foi muito além das competências regulamentadoras

do Poder Executivo e desrespeitou direitos constitucionais já resguardados ao funcionalismo.

Chiba defendeu que a IN não está extrapolando a Constituição. Disse, ainda, que o objetivo foi apenas regulamentar as questões sobre a jornada de trabalho dos servidores e, se houver equívocos, o texto poderá ser revisado. Ao responder os questionamentos sobre o tolhimento ao exercício classista, argumentou que não procede a informação de que houve restrição para participação nessas atividades, e se comprometeu a responder uma consulta que está no Planejamento sobre o artigo 36 da IN.

Ao final da audiência, Kokay propôs a criação de um grupo de trabalho na CTASP, com as entidades e representantes do Ministério do Planejamento, para analisar os impactos da IN na realidade dos servidores públicos. A deputada também comunicou que protocolou, na Câmara, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1065/2018, que susta artigos da Instrução Normativa 02. Segundo ela, o documento é inconstitucional, ilegal e configura abuso de poder do Executivo. ●



COLEGIADO DEBATE CONJUNTURA POLÍTICA E DEFINE DIRECIONAMENTO PARA TRABALHO SINDICAL

Segunda reunião do Conselho de Delegados Sindicais foi realizada nos dias 7, 8 e 9 de novembro, em Salvador

As perspectivas para o futuro do Serviço Público, da carreira de Finanças e Controle e dos órgãos supervisores estiveram em debate na segunda reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) de 2018. Reunidos em Salvador, nos dias 7, 8 e 9 de novembro, os dirigentes trataram da articulação para suspender os efeitos da Medida Provisória (MP) 849/2018, que adia o reajuste previsto em lei, da Reforma Administrativa, que inclui medidas como a Instrução Normativa (IN) 02, e da terceirização irrestrita, e deliberaram sobre a realização da terceira edição do Congresso Nacio-

nal de Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (III Conacon).

Na análise de conjuntura, os dirigentes levaram em consideração as medidas adotadas pelo atual governo e as sinalizações dadas pelo governo eleito.

Para Luiz Alberto Vieira Filho, delegado de finanças públicas, a avaliação é extremamente relevante neste momento. "Compreender aquilo que está à nossa frente é fundamental para que possamos atuar pelo fortalecimento, tanto da carreira quanto da Controladoria-Geral da União e do Tesouro Nacional." Opinião também compartilhada pela diretora de Filiados

do Sindicato, Roberta Holder. “Saímos do encontro munidos de conhecimento, coesos e fortalecidos para enfrentar as próximas lutas que, certamente, não serão poucas”, afirmou.

O presidente do CDS, Filipe Leão, ressaltou que os servidores devem enfrentar desafios para o desenvolvimento do trabalho parlamentar. “O aumento do número de partidos e a redução das bancadas que tradicionalmente atuam em defesa do Serviço

Público podem dificultar a interlocução dos servidores com o Congresso.”

DEBATE

Daniel Lara, vice-presidente do Sindicato, frisou que o aumento do número de membros representantes do Tesouro Nacional enriqueceu o debate. “Este é o segundo CDS em que temos a maior participação dos colegas do Tesouro e gostaria de salientar a relevância da contribuição deles para esta

instância de debates e deliberações. Assim como a CGU, no cenário que se desenha, o Tesouro também terá desafios pela frente. Por isso, o aumento da representatividade nos dá mais clareza para traçar diretrizes de atuação.” Ele citou, também, o recuo do presidente eleito de fundir a CGU e o Ministério da Justiça e afirmou que a manutenção do status e das macrofunções da pasta são essenciais para o fortalecimento do Controle Interno Federal. ●

EM PAUTA



III CONACON

No segundo dia de debates, os dirigentes aprovaram o regimento interno e o tema do III Conacon. O evento, que será realizado em abril do próximo ano, terá como mote “**A Carreira de Finanças e Controle no Novo Ciclo Político Brasileiro:**

reconfiguração do Estado, responsabilidade fiscal, combate à corrupção e democracia”.

Conforme aprovado pelos dirigentes, o tema do III Conacon será desenvolvido a partir dos seguintes eixos: – I Desenvolvimento Institucional da CGU e STN em meio à reforma do Estado e Administração; II – Modernização da Carreira de Finanças e Controle; III – Política e Organização Sindical.



CONCURSO

O esvaziamento do quadro funcional da Controladoria-Geral da União (CGU) e o risco de extinção do cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC), que hoje conta, nesta pasta, com apenas 15% do efetivo ideal, também estiveram em pauta.

Para Rudinei Marques, presidente do Sindicato, a defasagem de pessoal na CGU, que chega a 60%, “demonstra uma fragilização do combate à corrupção no governo federal e a urgência de novos concursos”.

O chefe da regional da CGU na Bahia, Ronaldo Machado, convidado para o segundo dia do CDS, reforçou a urgência do pleito. “A CGU precisa urgentemente de renovação. A realização de um novo concurso é demanda geral entre os dirigentes de regionais”, afirmou.

O compromisso assumido pelo ministro da CGU, Wagner Rosário, de encaminhar pedido de realização de certame para TFFC ao Ministério do Planejamento ainda este ano (ver na página 5), foi lembrado por Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Sindicato. Ele também destacou que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) já fez o pedido, demonstrando interesse na recomposição dos quadros do cargo.



ATUAÇÃO SINDICAL

Ronaldo Machado também falou sobre a importância do Sindicato, tanto na defesa da carreira e das instituições quanto na promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Ele enfatizou o apoio do Unacon Sindical nos eventos e ações realizados pela

regional Bahia com o objetivo de tornar o ambiente de trabalho cada vez melhor.

Sobre a atual conjuntura, Machado ressaltou a necessidade de proteção do órgão e disse esperar que os servidores possam dar continuidade ao trabalho realizado pela CGU. “O Sindicato fez bem em atuar defendendo a importância da independência funcional da CGU”, acrescentou.



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Ainda durante o CDS, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical apresentou contas sobre as atividades executadas ao longo do ano de 2018 e apresentou o Plano de Atividades para o exercício de

2019, que foi aprovado pelo Conselho.

Nesse item, o destaque é para atuação contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 que trata da reforma da Previdência. Rudinei Marques, presidente do Sindicato, enfatizou o trabalho conjunto desenvolvido pelas carreiras de Estado e reiterou que a estratégia agora é buscar a abertura do diálogo. “Diante da sinalização do governo eleito de retomar o andamento da matéria, vamos buscar interlocução a fim de garantir o amplo debate do tema e a construção de um projeto que garanta o futuro das aposentadorias e seja benéfico para o país”, disse.

Concluindo a pauta do evento, o Conselho de Delegados Sindicais iniciou o debate sobre as propostas de reforma estatutária. A discussão sobre as mudanças, que foram construídas a partir de sugestões enviadas pelos filiados, será retomada no próximo ano.



RUDINEI MARQUES É REELEITO PRESIDENTE DO FÓRUM PARA O TRIÊNIO 2019-2021

“O Fonacate se consolidou como fórum de articulação e luta das carreiras de Estado por um Serviço Público de qualidade, pela estabilidade e valorização do funcionalismo”, disse Marques

Em Assembleia Geral realizada no dia 21 de novembro, na sede da afiliada Anafe, foram eleitos os novos membros dos Conselhos Executivo e Fiscal do Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), para o triênio 2019-2021. Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, foi reconduzido ao cargo de presidente por unanimidade.

Foram eleitos ainda: Marcelino Rodrigues, presidente da Anafe (1º vice-presidente), Paulo Martins, presidente da Auditar (2º vice-presidente), Juracy Soares Júnior, presidente da Febrafite (3º vice-presidente), Djalmery de Souza, presidente do Sindpfa (4º vice-presidente), e Jordan Alisson Pereira, presidente do Sinal, como secretário-geral.

O Conselho Fiscal será formado, no próximo triênio, pelas afiliadas: Assecor, Afipea Sindical e Sindilegis (conselheiros titulares), e como suplen-

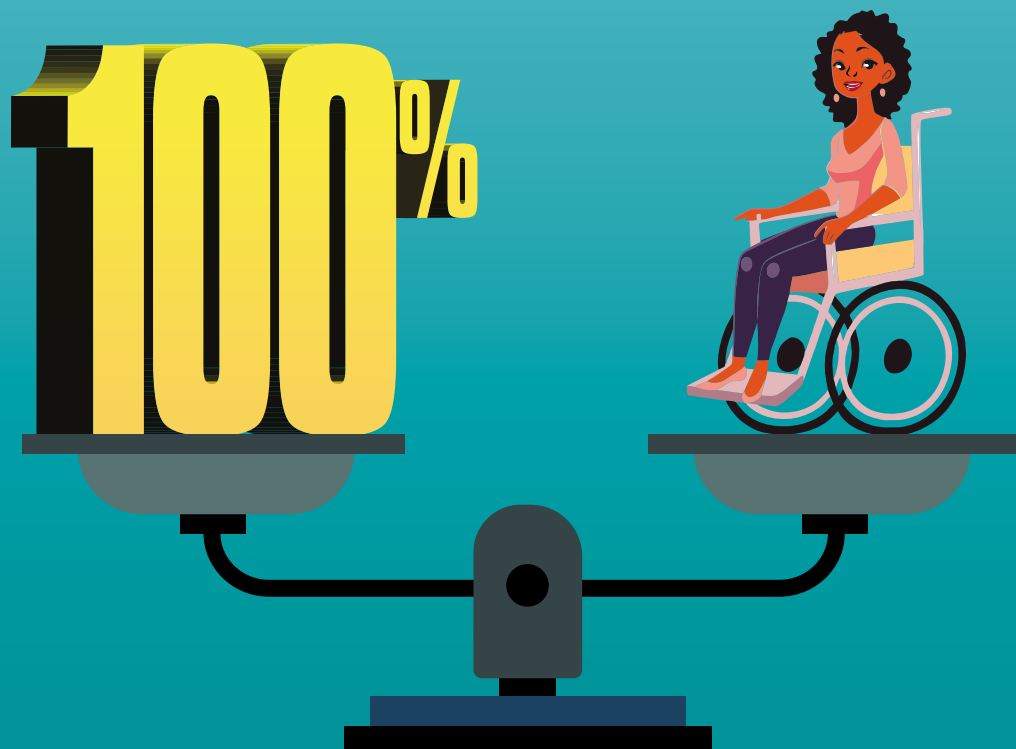
tes: SindCVM e SindSusep. De acordo com o estatuto do Fonacate, os cargos são pertencentes às entidades.

Rudinei Marques, que foi secretário-geral do Fórum na gestão de 2013/2015 e presidente de 2016 a 2018, agradeceu às afiliadas pelo trabalho no período e disse que os próximos anos serão de muitas batalhas em defesa do Serviço Público.

“O Fonacate se consolidou como fórum de articulação e luta das carreiras de Estado por um Serviço Público de qualidade, pela estabilidade e valorização do funcionalismo, em defesa da Previdência Pública e de diversos outros temas. Todavia, tivemos uma pauta mais reativa aos ataques do governo. A proposta, a partir de agora, é sermos mais propositivos, porque temos condições de ajudar o país a superar a dura crise que enfrenta”, analisou Marques.

A reforma da Previdência foi, justamente, um dos itens da pauta da Assembleia. As entidades comunicaram que já estão conversando com representantes do governo eleito para cobrar a retomada do diálogo sobre eventual proposta. O Fonacate também se prepara para um amplo trabalho parlamentar, com a definição de uma agenda positiva das carreiras de Estado no Congresso Nacional.

Foi feita, ainda, uma análise sobre a Instrução Normativa (IN) 02, do Ministério do Planejamento, que trata da jornada de trabalho dos servidores públicos. Para Marques, a medida extrapola as competências do Executivo. Ele pediu que as entidades acompanhem a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1065/2018, de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT-DF), que susta os artigos 30 e 36 da medida. ●



UNACON DEFENDE PROVENTOS INTEGRAIS PARA APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ EM QUALQUER HIPÓTESE

Rudinei Marques compôs mesa de debates em audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no Senado

É preciso assegurar proventos integrais para os servidores aposentados por invalidez em qualquer hipótese. A pauta foi defendida por parlamentares, dirigentes sindicais e especialistas que integraram a mesa de debates da audiência pública sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 56 de 2014, realizada no dia 9 de outubro, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. Rudinei Marques, presidente do

Unacon Sindical, e Larissa Benevides, assessora jurídica do Sindicato, participaram do debate. A PEC 56/2014 acaba com o tratamento diferenciado por tipo de invalidez, bastando a constatação da incapacidade laboral, comprovada por perícia médica.

Pela legislação atual, quem ingressou no Serviço Público até dezembro de 2003 e se aposenta por invalidez permanente só recebe proventos integrais se a incapacidade decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Para a advogada Larissa Benevides, as restrições causam uma sobrecarga de demandas jurídicas. “Enfrentamos, diuturnamente, debates no Judiciário, principalmente quando a invalidez é em decorrência de acidente de trabalho ou de moléstia profissional, isso traz um desgaste emocional muito grande para o servidor e para a família, que já enfrenta outros tantos males.”

Outro problema é que muitas doenças incapacitantes não estão previstas na norma. “Enquanto no rol de doenças graves há 13 tipos de enfermidades, hoje existem mais de 2 mil doenças incuráveis catalogadas”, afirmou Marques. Para ele, a aprovação da PEC 54/2016 é fundamental. “Os servidores aposentados por invalidez, em decorrência de doenças não previstas na atual legislação, passam a receber um terço – ou até menos – dos seus proventos integrais, num momento em que os gastos com a saúde aumentam significativamente. Precisamos corrigir essa injustiça”, defendeu.

TRAMITAÇÃO

A PEC 56/2014 aguarda votação no Plenário do Senado. Caso o texto seja aprovado, as aposentadorias por invalidez permanente já concedidas deverão ser recalculadas. A regra será extensiva a todos os servidores titulares de cargos efetivos da União. ●

SERVIDORES DA CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE INTEGRAM TRÊS DAS CINCO CHAPAS HOMOLOGADAS

As chapas “2 - Fiscalização e Resultado”, “6 - Proteção ao Servidor” e “7 - Futuro Seguro” concorrem aos Conselhos Deliberativo e Fiscal para o próximo mandato

A carreira de Finanças e Controle se destaca nas Eleições da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Três das cinco chapas homologadas contam com Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC) da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As chapas “2 - Fiscalização e Resultado”, “6 - Proteção ao Servidor” e “7 - Futuro Seguro”, concorrem aos

Conselhos Deliberativo e Fiscal. “A Chapa “10 - Proteção ao Servidor” concorre ao Comitê de Assessoramento Técnico. Todos os eleitos exercerão mandato de quatro anos (2019-2023).

A campanha eleitoral teve início no dia 6 de dezembro. Os programas, propostas e currículos resumidos dos candidatos estão disponíveis no site da Funpresp (acesse em: <https://bit.ly/2C8vtua>) e na página da entidade no Facebook.

DEBATES

O primeiro debate entre os concorrentes será realizado no dia 23 de janeiro de 2019, e o segundo no dia 1º de fevereiro. Os debates serão transmitidos ao vivo em canais a serem divulgados na página da Funpresp. A votação será realizada entre os dias 04 e 11 de fevereiro de 2019.

Confira, abaixo, as chapas com integrantes da carreira de Finanças e Controle.

Chapa 2 - Fiscalização e Resultado

INTEGRANTES	CARGO PRETENDIDO	PATROCINADOR
Eric Lisboa Coda Dias	Conselho Fiscal - Titular	Ministério da Fazenda
Emerson Santos de Lima	Conselho Fiscal - Suplente	Departamento de Polícia Federal
Paulo Wanderson Moreira Martins	Conselho Deliberativo - Titular	Tribunal de Contas da União
Ganesh Inocalla	Conselho Deliberativo - Suplente	Min. do Planejamento, Desenv. e Gestão
Jairo Alfredo Genz Bolter	Conselho Deliberativo - Titular	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Dimas dos Reis Ribeiro	Conselho Deliberativo - Suplente	Universidade Federal do Maranhão

Chapa 6 - Proteção ao Servidor

INTEGRANTES	CARGO PRETENDIDO	PATROCINADOR
Marcelo Levy Perrucci	Conselho Fiscal - Titular	Min. da Transparência e Controladoria-Geral da União
Daniel Cavalcanti Magalhães	Conselho Fiscal - Suplente	Ministério do Trabalho
Renata Simplicio Xavier	Conselho Deliberativo - Titular	Ministério da Educação
Ronaldo Cesar Tremarin	Conselho Deliberativo - Suplente	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Esa Pekka Tapani Horttanainen	Conselho Deliberativo - Titular	Agência Nacional de Aviação Civil
Roberta Mallab Coscarelli	Conselho Deliberativo - Suplente	Tribunal de Contas da União

Chapa 7 - Futuro Seguro

INTEGRANTES	CARGO PRETENDIDO	PATROCINADOR
Genildo Lins de Albuquerque Neto	Conselho Fiscal - Titular	Min. do Planejamento, Desenv. e Gestão
Wilsimara Maciel Rocha	Conselho Fiscal - Suplente	Min. do Planejamento, Desenv. e Gestão
André Nunes	Conselho Deliberativo - Titular	Min. do Planejamento, Desenv. e Gestão
Heloísa Pinna Bernardo	Conselho Deliberativo - Suplente	Universidade Federal de Juiz de Fora
Breno Zaban Carneiro	Conselho Deliberativo - Titular	Min. do Planejamento, Desenv. e Gestão
Thiago Stein de Melo e Sousa	Conselho Deliberativo - Suplente	Ministério da fazenda

Chapa 10 - Proteção ao Servidor

INTEGRANTES	CARGO PRETENDIDO	PATROCINADOR
José Naum de Mesquita Chagas	Assessor Técnico ExecPrev - Titular	Ministério do Desenvolvimento Social
Jorge Henrique Teixeira de Mendonça	Assessor Técnico ExecPrev - Suplente	Min. da Transparência e Controladoria-Geral da União

 Servidores da Carreira de Finanças e Controle

SERVIDORES QUE TÊM AÇÕES INDIVIDUAIS NÃO DEVEM BUSCAR AMPARO NA AÇÃO COLETIVA

Em documento, Torreão Braz Advogados desaconselha o ajuizamento de execuções, com base na decisão da ação coletiva, por filiados que têm ações individuais em curso sobre a mesma matéria

O Torreão Braz Advogados emitiu uma Nota Jurídica, no dia 28 de setembro, desaconselhando os servidores que têm ações individuais requerendo o pagamento do PSS sobre o terço de férias a ajuizarem execuções com base na decisão da ação coletiva nº 2000.34.00.044026, que trata da mesma matéria. No documento, a assessoria jurídica do Unacon Sindical ressalta que o ajuizamento de execução neste caso “expõe a alto risco de derrota e, por consequência, ao pagamento de honorários advocatícios em favor da União”.



Para mais informações, entre em contato com o núcleo de assistência jurídica do Sindicato. Francisca (61 2107-5018) e Jefer (61 2107-5038) respondem pelo setor. ●

Acesse a íntegra da nota na área restrita do site do Sindicato pelo link <https://bit.ly/2OQ5xkg> ou pelo QR-Code a lado.



Ex-Territórios ■

UNACON E ASSECOR INGRESSAM COM ADI CONTRA LEI 13.681/2018

Entidades ressaltam que a lei fere princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública. Ação 6017 foi protocolada no STF em setembro

O Unacon e a Assecor ingressaram, no dia 11 de setembro, com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o artigo 29 da Lei 13.681/2018, que incorpora mais de 30 mil servidores dos ex-territórios na folha de pagamento da União. Na ADI 6017, as entidades destacam que o dispositivo fere o princípio da moralidade administrativa, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal,

pois “implicará em enorme impacto orçamentário e financeiro, que não foi estimado quando da edição da Medida Provisória (MP) 817/2018”. A petição, elaborada pelo Torreão Braz Advogados, também enfatiza a ausência de critérios para o enquadramento dos servidores em carreiras de Estado.

“O dispositivo permitiu o enquadramento de então servidores federais, estaduais e municipais na carreira de Finanças e Controle e na carreira de Planejamento e Orçamento, em nítido desrespeito às peculiaridades e à importância das atividades desempenhadas por Carreiras Típicas de

Estado”, diz trecho do documento.

Além da incompatibilidade técnica, as entidades enfatizam que não há equivalência remuneratória entre os cargos. “Estima-se que o impacto será de R\$ 3 bilhões ao ano. Como imputar tamanho gasto aos cofres públicos em período marcado pela rigidez orçamentária?”, questionam, na petição.

APROVAÇÃO

O ingresso da ADI foi aprovado pela carreira em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nacional, realizada no dia 31 de julho. ●



SINDICATO DISPONIBILIZA FAQ SOBRE NOVO PLANO DE SAÚDE

Convênio Unimed, administrado pela Benevix, tem mensalidades a partir de R\$ 185,53

Desde julho, os filiados ao Unacon Sindical têm uma nova opção de plano de saúde. O plano Unimed com coparticipação, administrado pela Benevix, tem mensalidades a partir de R\$ 185,53. A contratação pode ser feita no portal do Clube de Vantagens, no menu "Plano de Saúde", ou pelo 0800 591 0534. Para esclarecer dúvidas sobre o plano, disponibilizamos uma seleção de Perguntas Frequentes (FAQ).

O que é coparticipação? É uma modalidade em que o usuário paga, além da mensalidade do plano, uma parte do valor cobrado por cada atendimento prestado.

Qual o percentual de participação em cada procedimento? O beneficiário arcará com 25% do valor cobrado pelo procedimento, de acordo com tabela específica. Em casos de exames básicos, por exemplo, esse percentual representa R\$ 6,30. Já em caso de exames especiais, o valor cobrado será de R\$ 60,38.

Há um limite mensal para cobrança da coparticipação? Sim. A cobrança, independentemente do número de procedimentos, é limitada a R\$ 200 por mês.

O valor que exceder o limite mensal de coparticipação em um mês será acumulado para o mês posterior? Não. A cobrança da coparticipação não é acumulativa.

Os procedimentos realizados durante períodos de internação entram na coparticipação? Não.

Quem eu posso incluir como dependente? O titular pode incluir como dependentes o cônjuge ou companheiro; filhos e enteados com até 28 anos incompletos; e netos.

As quatro consultas isentas de coparticipação são renovadas todo ano? Sim. A cada ano o beneficiário terá quatro consultas isentas de coparticipação.

As quatro consultas iniciais em que não é cobrada coparticipação são contabilizadas por pessoas ou pelo grupo (titular mais dependentes)?

Será contabilizado por pessoa. Cada pessoa poderá consultar até quatro vezes sem pagar a coparticipação.

Nas consultas iniciais, em que não há a cobrança de coparticipação, será cobrada a coparticipação dos exames solicitados?

Sim. Apenas as consultas são isentas da cobrança.

Quando os valores serão reajustados?

O contrato realizado em julho de 2018 terá vigência até julho de 2019, mês em que será feito o reajuste para renovação do plano por mais um ano.

É possível pagar a taxa de adesão com depósito em conta corrente?

Não. Apenas por meio de boleto bancário.

O que é a taxa de adesão?

A taxa de adesão é o pagamento da taxa de corretagem e será realizado uma única vez, não havendo nova cobrança nos anos posteriores. Caso não fosse realizado dessa forma, o valor seria embutido nas mensalidades, o que tornaria o plano cerca de 8,33% mais caro.

Como acessar a plataforma de convênios?

Clique na aba "convênios", no site do Sindicato. Para ativar o cadastro, o filiado deve informar o CPF ou o email cadastrado e seguir as orientações que irão aparecer na tela. O link de confirmação será enviado para o email informado.





12 de outubro

Em comemoração ao Dia das Crianças, o Unacon Sindical promoveu um dia de recreação com diversas atividades. O evento foi realizado no Clube Olímpico da Assefaz. Pintura de rosto, piscina de bolinhas, futebol de sabão, cama elástica e apresentação de palhaços, estiveram entre as atrações. Para alegria da criançada, carrinhos de pipoca e algodão doce estiveram disponíveis durante todo o evento.

Recesso

A sede do Unacon Sindical vai estar de recesso entre os dias 24 de dezembro e 1º de janeiro de 2019. No entanto, o Sindicato terá plantão de atendimento no período. André Serpa e Dayane Martins respondem pelas demandas urgentes.

André Serpa | Celular: (61) 98283-1001
Dayane Martins | Celular: (61) 99171-5031



Comunicado Assefaz

Após aumentos sucessivos, os hospitais Santa Luzia, Hospital do Coração e Hospital Santa Helena, que compõem a Rede D'Or no Distrito Federal, estão sendo descredenciados da rede de prestadores da Assefaz. Os atendimentos permanecerão até 22/01/2019. Para reduzir o desconforto, a operadora negociou com a Rede Santa – composta pelos hospitais Santa Lúcia, Santa Lúcia Norte e Hospital Maria Auxiliadora – uma linha de tratamento preferencial desde a recepção até a resolução da necessidade médica.

"Após várias tentativas, os negociadores da Rede D'Or mantiveram-se irredutíveis e todos esforços foram infrutíferos no sentido de trazer as faturas desse prestador ao nível dos melhores prestadores da nossa rede, não restando outra alternativa senão a rescisão contratual e o descredenciamento dos aludidos hospitais de nossa rede", reza trecho da Carta Circular SE nº 009/2018.

Leia a íntegra do comunicado
no link: <https://bit.ly/2EwXI0V>
ou no Qr-code ao lado:



Vamos Cantar?

Coral CGU - O coral da CGU encerrou as atividades de 2018 com três apresentações, nos dias 8, 13 e 19 de dezembro, sob a regência do maestro Deyvison Miranda. Arranjos de canções natalinas surpreenderam e emocionaram o público. A primeira apresentação foi realizada na Casa de Ismael. No dia 13, o grupo cantou na Missa de Natal, realizada no auditório do edifício sede. No dia 19, a apresentação foi no restaurante da CGU. O grupo irá retomar os ensaios em março de 2019. O Coral da CGU conta com a parceria do Unacon Sindical há mais de 10 anos. Atualmente, o coro possui 13 membros, entre servidores. Os ensaios são realizados duas vezes por semana: segundas e quartas-feiras, das 12h45 às 13h45, no Espaço do Servidor da CGU. A participação é gratuita e não é necessário saber ler partitura ou ser profissional. Interessados podem enviar email para dgi.qvt@cgu.gov.br.

Coral MF - Os servidores do Tesouro Nacional também poderão praticar canto no horário do almoço. Patrocinado pelo Unacon Sindical, o coral do Ministério da Fazenda teve sua primeira apresentação pública no lançamento do espaço do servidor do Tesouro, no dia 1º de novembro. As atividades do Coral MF terão início no dia 15 de janeiro. Os ensaios serão realizados no mini auditório do Tesouro todas as terças-feiras, das 12h30 às 13h45, sob a regência da maestrina Isabela Skaff. A participação é gratuita. Interessados podem enviar email para coral@fazenda.gov.br.

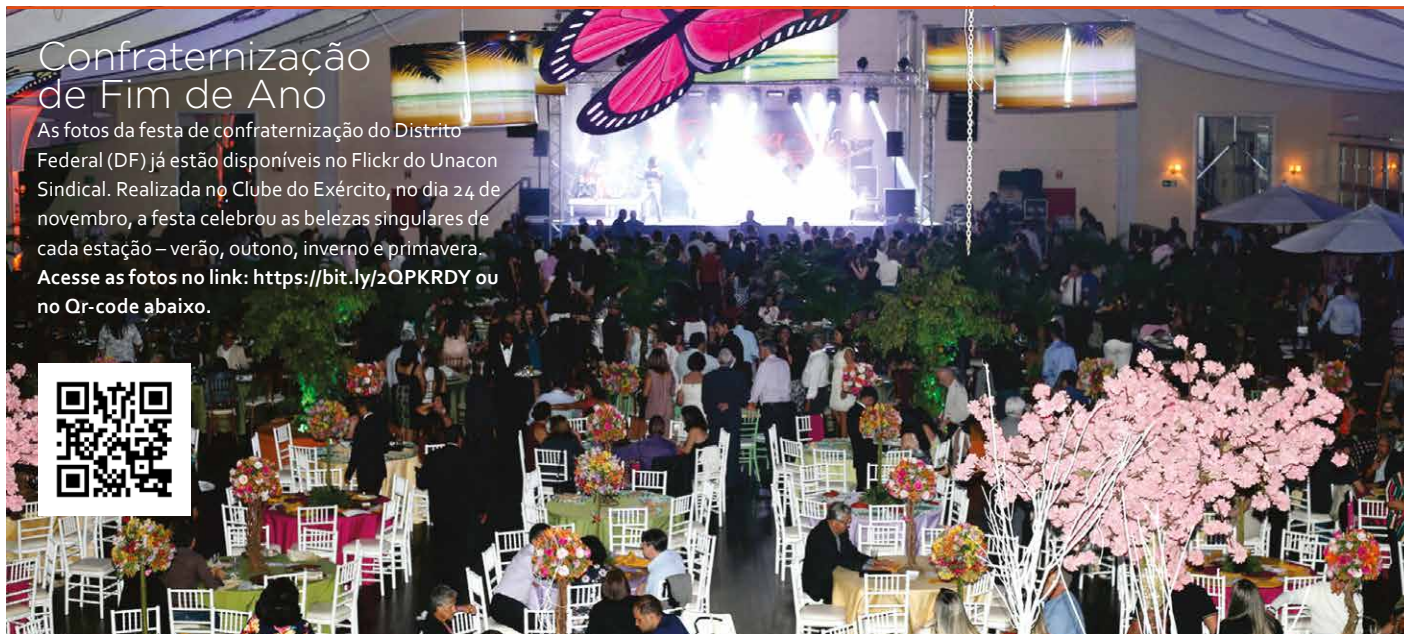
CGU convida

"A arte de viver" foi o tema da última palestra do CGU Convida de 2018. Nesta edição, o bombeiro militar e saxofonista João Filho contou como venceu as dificuldades em busca da felicidade. O evento foi realizado no dia 6 de dezembro, no auditório da Controladoria-Geral da União (CGU). Promovido pela Diretoria de Gestão Interna (DGI), por meio da Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação (CDCAP), o CGU Convida conta com o apoio do Unacon Sindical.

O projeto tem como objetivo promover eventos mensais, com palestrantes internos ou externos, sempre com foco motivacional. As apresentações são gravadas e disponibilizadas na videoteca da TV CGU. A segunda edição do evento, realizada em outubro, recebeu a educadora financeira Patrícia Peres. Em setembro, Fernando Duarte, especialista em competências socioemocionais, falou sobre comprometimento e engajamento na construção de um ambiente mais agradável e colaborativo.

Confraternização de Fim de Ano

As fotos da festa de confraternização do Distrito Federal (DF) já estão disponíveis no Flickr do Unacon Sindical. Realizada no Clube do Exército, no dia 24 de novembro, a festa celebrou as belezas singulares de cada estação – verão, outono, inverno e primavera. **Acesse as fotos no link: <https://bit.ly/2QPKRDY> ou no Qr-code abaixo.**



Volta às Aulas



colégio
alub
educar
HOLDING



Mackenzie



EDUCAÇÃO
ADVENTISTA

**AS MELHORES
INSTITUIÇÕES DE ENSINO
NO MAIOR CLUBE
DE VANTAGENS
DO BRASIL**

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

ACESSE

www.unacon.temmaisvantagens.com.br